

# **GESTÃO EDUCACIONAL NO INTERIOR: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E ALINHAMENTO AOS ODS EM TEIXEIRÓPOLIS – RO**

## **1. INTRODUÇÃO**

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico de um país. É por meio dela que indivíduos adquirem conhecimentos, valores e competências que os capacitam a exercer plenamente sua cidadania e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça esse compromisso global com a educação inclusiva e equitativa. O ODS 4 propõe assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Essa meta global enfatiza a necessidade de garantir o acesso universal à educação, reduzir desigualdades educacionais e fortalecer sistemas de ensino que valorizem a diversidade e promovam a equidade social (ONU, 2015). Essa meta é especialmente relevante para o Brasil, um país ainda marcado por disparidades educacionais, e exige que o poder público adote políticas efetivas que assegurem a permanência e o sucesso escolar, principalmente em municípios de pequeno porte como Teixeiraópolis – RO.

No caso específico de Teixeiraópolis, observa-se que, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda persistem desafios importantes para a consolidação de um sistema educacional eficiente e acessível. A escassez de investimentos, a rotatividade de profissionais da educação, a carência de formação continuada e as limitações estruturais das escolas públicas são alguns dos obstáculos enfrentados no cotidiano escolar. No entanto, também se vislumbram oportunidades de avanço, especialmente com o fortalecimento da gestão escolar e a adoção de políticas públicas alinhadas às diretrizes dos ODS, capazes de impulsionar uma educação mais inclusiva e transformadora no município.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relevância das políticas públicas educacionais na promoção da qualidade do ensino no município de Teixeiraópolis – RO, contribuindo para o fortalecimento da gestão escolar e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial ao ODS 4 – Educação de Qualidade. Assim os objetivos específicos desta pesquisa são:

a) Investigar o panorama histórico das principais legislações que fundamentam as políticas públicas educacionais no Brasil, em consonância com os princípios de equidade e inclusão do ODS 4; b) Examinar as políticas públicas educacionais em vigor e sua repercussão na gestão das escolas do município de Teixeiraópolis – RO, promovendo uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4); c) Refletir sobre iniciativas e políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação no contexto municipal, identificando desafios e oportunidades de avanço sustentável, contribuindo também com os ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

## **2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO INTERIOR**

A educação brasileira passou por profundas transformações ao longo da história, especialmente no que se refere à construção e consolidação de políticas públicas educacionais. Do período colonial até os dias atuais, o país tem buscado criar instrumentos normativos que garantam o direito à educação e promovam maior equidade no acesso e permanência dos estudantes nas escolas. A trajetória dessas políticas reflete as tensões e avanços de uma sociedade que busca equilibrar crescimento econômico, justiça social e formação cidadã.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) é um dos marcos legais mais importantes do setor. Ela organiza o sistema educacional em níveis e modalidades e estabelece os princípios que devem nortear a educação brasileira. A LDB também enfatiza a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e o respeito à diversidade.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, representa um importante instrumento de planejamento e metas para o setor educacional. O plano vigente estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024, entre elas: a universalização da educação básica, a ampliação do acesso ao ensino superior e a valorização dos profissionais da educação. De acordo com Oliveira (2015), o Plano Nacional de Educação (PNE) atua como um instrumento de orientação para as ações públicas na área educacional, ao definir diretrizes claras que devem ser seguidas pelos entes federativos.

Além dessas legislações, destacam-se outros dispositivos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirma o direito à educação como prioridade absoluta, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, que define os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da educação básica. Apesar dos avanços legislativos e institucionais, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no campo educacional. A desigualdade regional, a precariedade da infraestrutura escolar em diversas áreas, a desvalorização dos professores e os baixos índices de aprendizagem continuam sendo entraves à efetivação de uma educação de qualidade.

Além disso, as ações no campo educacional devem estar alinhadas aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 da ONU. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) estabelece o compromisso global com a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, ao mesmo tempo em que promove oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a vida para todas as pessoas. Essa diretriz reforça a necessidade de políticas públicas educacionais que priorizem o acesso universal, a permanência dos estudantes na escola e a valorização da diversidade, contribuindo para a construção de sistemas educacionais mais justos e alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). que está diretamente relacionado às estratégias discutidas neste trabalho. O ODS 10, que trata da redução das desigualdades, também encontra ressonância nas ações voltadas à educação do interior, onde os desafios são mais intensos. Já o ODS 16, ao promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, destaca a importância da governança responsável e do fortalecimento institucional, princípios que devem orientar a gestão educacional em todos os níveis.

Compreender o impacto dessas políticas na organização pedagógica e administrativa das escolas, especialmente em localidades como o município de Teixeiraópolis – RO, é essencial para avaliar sua efetividade. Isso permite não apenas identificar entraves, mas também propor caminhos mais adequados à realidade regional e social dessas comunidades.

No município de Teixeiraópolis – RO, assim como em outras localidades de pequeno porte, a gestão escolar enfrenta desafios particulares relacionados à limitação de recursos, à rotatividade de profissionais e à necessidade de adequação das políticas nacionais à realidade local. A infraestrutura escolar, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda requer melhorias, especialmente em relação à conectividade digital e à acessibilidade.

Um plano de ação na gestão da educação consiste em um instrumento estratégico que orienta a organização e a execução das atividades educacionais, com base em metas claras, cronogramas definidos e recursos alocados. Segundo especialistas em gestão educacional, esse tipo de planejamento é essencial para garantir eficiência administrativa, melhoria da qualidade do ensino e alcance dos objetivos institucionais, promovendo uma atuação mais articulada entre os diferentes setores da escola e da secretaria de educação (Oliveira, 2021).

Portanto, os programas educacionais do governo brasileiro devem ser compreendidos como parte de um compromisso mais amplo com os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a construção de um país mais justo. Integrar essas ações aos ODS, especialmente ao ODS 4, é fundamental para garantir que a educação cumpra plenamente seu papel transformador na sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo possui caráter qualitativo, pois busca compreender, de forma aprofundada, a realidade vivenciada pelos profissionais da educação no serviço público municipal de Teixeiraópolis – RO. Quanto à sua classificação, esta investigação é do tipo exploratória e explicativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, tornando-o mais claro e delimitado, além de possibilitar a formulação de hipóteses e o desenvolvimento de novas perspectivas investigativas.

A delimitação da pesquisa concentra-se no estudo da prática da gestão educacional no âmbito do serviço público municipal, com foco no município de Teixeiraópolis – RO. A escolha desse recorte deve-se à observação da realidade local, marcada por desafios relacionados à implementação de políticas públicas, à valorização profissional e à estrutura organizacional da rede de ensino municipal. O estudo busca, portanto, analisar como essas questões se manifestam no cotidiano escolar, a partir das percepções e experiências de gestores e professores.

Para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados utilizou fontes documentais e bibliográficas, tais como: legislações educacionais (Constituição Federal, LDB, Fundeb, PNE), normas institucionais do município, relatórios técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Teixeiraópolis – RO, artigos científicos e publicações acadêmicas acessadas por meio de bases como Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. A escolha dessas fontes visa garantir o embasamento teórico e normativo da pesquisa, conectando a análise local com o panorama nacional da educação.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011). De acordo com a autora, trata-se de um conjunto de técnicas que visa a descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens, permitindo inferências sobre o conhecimento e as práticas sociais a partir de documentos, discursos ou relatos.

### **4. REFLEXÕES SOBRE AS INICIATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO MUNICIPAL E OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE AVANÇO SUSTENTÁVEL NA CONTRIBUIÇÃO COM OS ODS 04, 10 E 16.**

O município de Teixeiraópolis, localizado no estado de Rondônia, apresenta uma realidade educacional que reflete os desafios típicos de cidades do interior, como infraestrutura limitada, alta rotatividade de profissionais da educação e dificuldades de acesso a tecnologias educacionais. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Teixeiraópolis (2023), as escolas municipais enfrentam limitações orçamentárias que impactam diretamente na qualidade

do ensino ofertado e na capacidade de atender com equidade às demandas de aprendizagem dos estudantes.

Apesar disso, existem potencialidades importantes. A proximidade entre a gestão escolar e a comunidade, por exemplo, facilita ações integradas que fortalecem o vínculo entre família e escola. Além disso, programas de formação continuada têm sido promovidos com o intuito de melhorar a qualificação dos docentes locais, fator essencial para transformar a realidade educacional do município.

Nesse sentido, observa-se que Teixeiraópolis enfrenta desafios significativos relacionados à inclusão de alunos com deficiência, à formação de professores para lidar com a diversidade e à garantia de um currículo que respeite a pluralidade local. Avançar nesse campo exige políticas de apoio pedagógico, capacitação docente e infraestrutura adequada para atender às necessidades específicas dos estudantes.

A articulação entre as políticas públicas municipais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é essencial para que a educação cumpra seu papel transformador na sociedade. O ODS 4 enfatiza a importância de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Paralelamente, o ODS 10 foca na redução das desigualdades, tanto no âmbito interno quanto entre países, e o ODS 16 propõe a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, com instituições eficazes e responsáveis, reforçando a necessidade de sistemas educacionais bem geridos e comprometidos com a equidade.

Em Teixeiraópolis, embora ainda incipiente, há esforços em curso que podem ser potencializados para contribuir diretamente com essas metas globais. Por exemplo, a valorização dos conselhos escolares e a participação da comunidade na tomada de decisões se relacionam com a meta do ODS 16. Iniciativas de reforço escolar e apoio psicopedagógico podem ser vistas como ações que caminham em direção à inclusão (ODS 10) e ao direito à aprendizagem (ODS 4).

Apesar de avanços pontuais, a concretização dos ODS no contexto municipal de Teixeiraópolis esbarra em desafios estruturais persistentes. A insuficiência de recursos financeiros e humanos, a ausência de um sistema robusto de avaliação de políticas públicas e a fragilidade na formação dos gestores educacionais dificultam a implementação de ações planejadas e sustentáveis. Segundo Silva (2019), a profissionalização da gestão pública educacional ainda representa um dos principais desafios para a consolidação de políticas públicas duradouras e eficazes, especialmente nas cidades de pequeno porte, onde muitas vezes há carência de formação técnica específica, rotatividade de gestores e limitações estruturais que comprometem a continuidade das ações educacionais.

Além disso, a alta rotatividade de professores, a ausência de incentivos para a permanência desses profissionais no município e as limitações na oferta de formação continuada são obstáculos que afetam diretamente a qualidade do ensino. A falta de políticas de valorização docente repercute na desmotivação dos profissionais e no comprometimento da aprendizagem dos alunos.

Mesmo diante de tais dificuldades, há um cenário de possibilidades que pode ser explorado para garantir avanços significativos. Uma das oportunidades está na articulação entre secretarias municipais, conselhos escolares, organizações não governamentais e universidades públicas, promovendo uma gestão intersetorial da educação. Como aponta Souza (2023), a colaboração intersetorial é um elemento fundamental para otimizar o uso dos recursos públicos, ampliar o alcance das políticas públicas e promover a equidade social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A articulação entre diferentes setores — como educação, saúde, assistência social e cultura — potencializa os resultados das ações governamentais e contribui para a construção de respostas mais integradas às demandas da população.

Outra possibilidade está no uso de tecnologias educacionais adaptadas à realidade local, que podem auxiliar na formação continuada de professores, na personalização da aprendizagem e no monitoramento de indicadores educacionais. Iniciativas como plataformas de formação online e grupos de estudo colaborativo podem contribuir para o desenvolvimento profissional dos educadores, mesmo em contextos de limitação de recursos.

Para alinhar efetivamente a política educacional municipal com os ODS 4, 10 e 16, é imprescindível a adoção de estratégias articuladas e monitoráveis. A elaboração participativa de um Plano Municipal de Educação, com metas claras e indicadores de desempenho, é um passo fundamental. Esse plano deve incorporar os princípios da equidade, da inclusão e da participação democrática, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

A realidade educacional de Teixeiraópolis – RO, embora marcada por desafios típicos das cidades do interior, apresenta também oportunidades concretas de transformação. A consolidação de políticas públicas locais mais eficazes, a valorização da gestão democrática e a integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem caminhos viáveis para o fortalecimento da educação no município.

Nesse sentido, promover uma educação básica que integre qualidade, equidade e inclusão requer ações concretas que envolvam desde a valorização dos profissionais da educação até a revisão dos currículos escolares, de modo a atender às especificidades culturais, sociais e econômicas da comunidade local. É fundamental garantir que nenhuma criança ou jovem fique à margem do processo educativo, e que a escola se consolide como um espaço de acolhimento, pertencimento e transformação social. A efetivação desse compromisso demanda vontade política, planejamento estratégico e participação ativa da sociedade, elementos indispensáveis para o fortalecimento de uma educação pública verdadeiramente emancipadora.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão pública educacional em cidades do interior enfrenta desafios significativos, que vão desde limitações financeiras e infraestrutura precária até questões relacionadas à diversidade cultural e social. Ao longo deste estudo, foi possível observar que, embora os obstáculos sejam grandes, há oportunidades claras de melhoria por meio de práticas inovadoras e políticas públicas bem estruturadas.

Outro ponto fundamental é o papel da tecnologia como aliada na superação de barreiras geográficas e na ampliação do acesso à educação de qualidade. No entanto, é necessário garantir que todos os estudantes e professores tenham acesso igualitário a esses recursos, promovendo a inclusão digital em todas as regiões.

As perspectivas futuras para a gestão pública na educação de cidades do interior incluem a adaptação às mudanças tecnológicas e sociais, o fortalecimento da formação de gestores e a integração de políticas intersetoriais. Esses elementos são indispensáveis para transformar a realidade educacional e garantir que todos os alunos, independentemente de sua localização, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A trajetória da educação brasileira é marcada por avanços significativos, mas também por desafios estruturais que ainda persistem, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas públicas educacionais e à valorização dos profissionais da educação. Este estudo buscou compreender, a partir de uma análise histórica, legislativa e contextual, como essas políticas se materializam na gestão escolar, com um olhar especial para o município de Teixeiraópolis – RO.

Verificou-se que a educação, enquanto direito fundamental, é uma das principais ferramentas de promoção da equidade e do desenvolvimento social. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação

(PNE) e programas como o Fundeb e o ProUni são pilares da política educacional brasileira que contribuem, ainda que de forma desigual, para a democratização do ensino.

Assim, conclui-se que o fortalecimento da gestão escolar, aliado a políticas públicas consistentes de valorização profissional, formação contínua e infraestrutura adequada, é o caminho mais promissor para transformar os desafios da educação em oportunidades concretas de aprendizagem e cidadania. O compromisso com uma educação pública de qualidade, acessível e transformadora deve ser prioridade não apenas dos gestores, mas de toda a sociedade.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se explorar os impactos de programas de formação de gestores em regiões específicas, bem como investigar modelos de gestão inovadores que possam ser replicados em diferentes contextos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda S. Políticas de acesso ao ensino superior no Brasil: avanços e desafios. Brasília: Plano Editorial, 2018.
- ALMEIDA, J.; SANTOS, R. Formação continuada e seus impactos na prática docente. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], 2020.
- ANDRADE, T. M. de. Participação social e orçamento educacional. Belo Horizonte: Edupar, 2020.
- BARBOSA, L. Liderança educacional e seus desafios no século XXI. Editora Educação, 2020.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e democracia: políticas e reformas educacionais no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/fundeb>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de gestão 2022. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- LIMA, Roberto S. Comunidade e escola: parcerias para uma educação transformadora. Curitiba: Editora InterSaberes, 2022.
- LOPES, Ana Beatriz. Financiamento da educação básica: entraves e possibilidades. São Paulo: Editora Autêntica, 2020.
- LOPES, Maria Helena. Fundamentos das políticas educacionais no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.
- LOPES, T. Formação de gestores educacionais: uma perspectiva contemporânea. Editora Saber, 2022.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2007.
- PEREIRA, André L. Internacionalização da educação superior: políticas, práticas e impactos no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2016.
- RIBEIRO, C. Recursos educacionais em áreas rurais. Editora Educação Inclusiva, 2021.
- SILVA, M. R. da; ANDRADE, T. M. de. Gestão participativa e orçamento público. Brasília: Enap, 2021.
- SOUZA, F. Colaboração intersetorial e educação pública. Revista Políticas e Gestão, 2023.
- SOUZA, Marlene A. de. Financiamento da educação superior: o papel do FIES na inclusão social. São Paulo: Cortez, 2015.